ESTILOS da Clínica
ISSN: 1981-1624
revista sobre a infância com problemas

DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v27i2 p249-263.

Artigo

Compreendendo a violência a partir da teoria winnicottiana

Bianca Lopes Oleiro; Gustavo Porfirio de Araújo; Bruna Praxedes Yamamoto de Freitas

Resumo. Este trabalho busca compreender, sob a perspectiva de Winnicott, a natureza da violência a partir do desenvolvimento emocional do sujeito. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002), a violência é um grave problema de saúde pública que pode ser prevenido. É fundamental um ambiente facilitador que promova cuidado, confiabilidade, segurança e suporte os impulsos agressivos da criança, assim como a implementação de políticas públicas a partir da criação de projetos que ofereçam um ambiente suficientemente bom para que os jovens possam ressignificar seus comportamentos violentos, tornando-os construtivos. Dessa forma, tanto os pais, quanto a sociedade e o Estado têm responsabilidade no que diz respeito ao tratamento e à prevenção da tendência antissocial para resgatar condições rumo a uma vida saudável.
Palavras chave: psicanálise; violência; agressividade; Winnicott; políticas públicas.

Comprender la violencia a partir de la teoría de Winnicott

Resumen. Este trabajo busca comprender la naturaleza de la violencia partiendo del desarrollo emocional del sujeto desde la perspectiva de Winnicott. Según la Organización Mundial de la Salud (2002), la violencia es un grave problema de salud pública que se puede prevenir. Es fundamental la existencia de un ambiente facilitador que propicie cuidado, confianza, seguridad y que dé soporte a los impulsos agresivos de los niños, así como la implementación de políticas públicas con proyectos que ofrezcan un ambiente suficientemente bueno para que los jóvenes puedan resignificar sus comportamientos violentos volviéndolos constructivos. De esa forma, tanto los padres como la sociedad y el Estado tienen responsabilidades en lo que se refiere al tratamiento y a la prevención de la tendencia antisocial, para rescatar condiciones para una vida saludable.
Palabras clave: psicoanálisis; violencia; agresividad; Winnicott; políticas públicas.

* Psicóloga. Integrante do Grupo de Estudo de Psicanálise Aplicada (GEPA), Atibaia, SP, Brasil. E-mail: psi.biancaoleiro@gmail.com

** Psicólogo. Integrante do Grupo de Estudo de Psicanálise Aplicada (GEPA), Atibaia, SP, Brasil. E-mail: gustavoporfirioaraujo@gmail.com

*** Psicóloga. Mestra em Psicologia pela Pontífica Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Docente do Centro Universitário UNIFAAT e da da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: b.yamamoto@hotmail.com

Understanding violence from Winnicott's theory

Abstract. This study aims to undestand the nature of violence from the subject's emotional development according to the perspective of Winnicot. According to the World Health Organization (2002), the violence is a serious problem of health care that can do prevented. It is extremely important, an environment that facilitates, that promotes care, reliability, security and support the children's aggressive impulsive, thus, through the implementation of public policies, based on the creation of projects that offer a good enough environment so that young people can resignify their behavior violent, making them constructive. As soon, not only parents, but society and the State have responsibility in the treatment and antisocial prevention, with the purpose of rescuing conditions towards a healthy life.
Keywords: psychoanalysis; violence; aggressiveness; Winnicott, public policy.

En comprenant la violence par rapport la théorie de Winnicott

Résumé. Le travail cherche à comprendre la nature de la violence à partir du développement émotionnel théoriquement proprosé par Winnicott. Selon l'Organisation mondiale de la santé (2002), la violence est un grave problème de santé publique qui peut être évité. Un environnement facilitant, qui favorise la prise en charge, la fiabilité, la sécurité et soutient aux pulsions agressives de l'enfant, ainsi que l'implémentation des politiques publiques, basées sur la création de projets qui offrent un environnement suffisamment bon pour que les jeunes puissent resignifier leurs comportements violents, les rendant constructives, peuvent être des moyens efficaces et fondamentaux pour faire face à la violence. De cette manière, les parents, la société et l'État sont tous responsables du traitement et de la prévention de la tendance antisociale, pour prevenir e favorizer des conditions vers une vie saine.
Mots-clés: psychanalyse; violance; agressivité; Winnicott; politique publique.

A presente pesquisa pretende compreender a violência, sob a perspectiva da teoria do amadurecimento pessoal de D. W. Winnicott, e refletir sobre a importância de políticas públicas e de um ambiente suficientemente bom na constituição do sujeito.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) a violência é um grave problema de saúde pública que pode ser prevenido. A violência é definida como:

> o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (OMS, 2002, p. 7)

Esse fenômeno contém formas variadas, porém neste artigo será considerada a violência interpessoal, de natureza física e que pode resultar em fatalidade. Os dados de mortalidade por homicídio podem monitorar os índices de violência fatal no decorrer do tempo, identificar os grupos mais vulneráveis e fazer comparações dentro dos países ou entre países (OMS, 2002).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (IPEA & FBSP, 2019), em 2017 foi evidenciado o aumento da violência no país, contabilizando 65.602 homicídios no Brasil, equivalente a aproximadamente 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes. De acordo com os dados divulgados, tratou-se do maior nível histórico de mortes violentas no país.

Analisando os perfis das vítimas, verifica-se que, na maior parte, são jovens do sexo masculino entre 15 a 29 anos de idade. Os dados ainda revelam o aumento, nos últimos anos, de mortes violentas contra públicos específicos, dentre eles: negros, população LGBTI

(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero e Intersexo) e mulheres, estas nos casos de feminicídio (IPEA & FBSP, 2019).

Contrariando o aumento da violência letal que vinha ocorrendo no Brasil até 2017, o Atlas da Violência demonstrou, no ano de 2018, uma queda significativa nesse número. Segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), houve 57.956 homicídios no Brasil em 2018, o que corresponde a 27,8 mortes por 100 mil habitantes – o menor nível de homicídios em quatro anos (IPEA & FBSP, 2020).

Segundo o Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CPPHA, 2022), em 2021 também houve uma redução de 7% no número de assassinatos de jovens em relação a 2020. O CPPHA explica tal redução devido o "avanço de políticas públicas estaduais para conter essas mortes, a partir do desenvolvimento de programas de prevenção voltados aos públicos mais vulneráveis às violências" (p. 04).

A partir das informações apresentadas entende-se a necessidade e importância de pesquisas referentes ao assunto para o desenvolvimento de possíveis Políticas Públicas futuras, já que é fundamental pensar não apenas nos elevados custos econômicos (equivalente a 5,9% do PIB – Produto Interno Bruto) que a violência acarreta ao país, mas também no custo da violência que se refere às perdas prematuras de vidas devido ao homicídio (IPEA & FBSP, 2019).

Em 2018 ocorreram ações significativas nas políticas públicas de segurança pública, como a criação do Ministério da Segurança Pública, a aprovação da legislação criando o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a instituição do Plano Decenal de Segurança Pública (PDSP). A criação do Susp foi um passo importante para a obtenção de maior racionalidade na gestão de segurança pública, porém não culminou em movimentos que continuassem e contribuíssem com a proposta inicial, o que consequentemente faz com que a legislação acabe não interferindo realmente na dinâmica da violência (IPEA & FBSP, 2020).

Embora tenha ocorrido uma queda significativa nos números de homicídios, estes ainda são a principal causa de mortalidade dos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos. Nota-se, portanto, que no Brasil "mais da metade das vítimas são indivíduos com plena capacidade produtiva, em período de formação educacional, na perspectiva de iniciar uma trajetória profissional e de construir uma rede familiar própria" (IPEA & FBSP, 2020, p. 20).

Considerando o objetivo de prevenir que o sujeito manifeste os atos violentos, as políticas públicas de assistência social mostram-se uma alternativa construtiva, posto que têm o caráter de proteção social que, segundo Di Giovanni (1998), são maneiras "institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações" (p. 10). No entanto, é sabido que depender da efetivação das políticas públicas de segurança não é suficiente, faz-se importante pensar também na influência da constituição do sujeito que pratica a violência.

Nesse sentido, ao pensar sobre o explícito aumento da violência é possível relacionar esse tema à perspectiva teórica de Winnicott quanto à etiologia da tendência antissocial que, segundo o autor, se relaciona às falhas ambientais e à deprivação ao longo do processo de amadurecimento do ser. Rupturas no processo do desenvolvimento emocional podem levar o sujeito a comportamentos antissociais, como nos casos dos atos violentos. O sujeito passa a ter desconfiança e desesperança em relação ao ambiente e ao mundo (Winnicott, 2000).

A constituição do *self*

Nos estágios iniciais do desenvolvimento emocional (pré-natal, nascimento, primeiros momentos de vida extrauterina e primeira mamada teórica) o bebê encontra-se numa relação de dependência absoluta com o ambiente, ou seja, numa total dependência da mãe que se inicia no nascimento do bebê e persiste até por volta dos seis meses de vida (Dias, 2017).

A mãe, por sua vez, deve adaptar-se a essa dependência que é "tão absoluta que não há utilidade alguma em pensarmos no novo indivíduo humano como sendo ele a unidade". Desse modo, entende-se que nessa relação inicial não há dois indivíduos, apenas um, o conjunto ambiente-indivíduo, e essa intensidade da dependência materna relaciona-se à necessidade dos cuidados físicos e afetivos para a sobrevivência do bebê. Ademais, entende-se que a necessidade do bebê em ser uma unidade com a mãe ocorre também porque ele ainda não consegue diferenciar o EU do não-EU, isto é, ainda não há um *self* individual, nem integração do ser (Winnicott, 1988, p. 153).

Ao saber que o bebê não se constituiu como um eu unitário, diferenciando-se da mãe, compreende-se que ele ainda não possui um mundo interno, uma vez que seu interior está marcado pelo conflito entre objetos bons e maus e não há diferenciação das realidades interna e externa. A dependência absoluta da mãe diz respeito à necessidade do bebê em desenvolver confiança para relacionar-se com o mundo externo e realizar sua tendência inata à integração em uma unidade. O *si*-mesmo primário do bebê constitui-se a partir da amamentação, quando tem a experiência de identificação primária com o objeto. Em suma, o bebê torna-se o objeto: ele é o seio. Constitui, assim, a capacidade de ser, já que acredita ter criado esse objeto subjetivo e, ao mamar, sente-se real e integrado, o que constitui o *si*-mesmo primário (Dias, 2017).

O sentido do termo "seio" para Winnicott remete a dois significados: o seio é o *objeto subjetivo* com o qual o bebê tem as primeiras relações objetais e, também, é a totalidade de cuidados que a mãe-ambiente proporciona ao bebê (Dias, 2017). Compreende-se, portanto, que receber os cuidados efetivos e alcançar a capacidade de ser dependem da provisão e da confiabilidade da mãe-ambiente.

De acordo com Dias (2017), essa capacidade de ser do bebê necessita, então, da resposta materna, pois se a mãe deixa o filho livre para mamar, ele pode criar e agir espontaneamente, além de alcançar o *si*-mesmo primário. Por conseguinte, quando há essa provisão do ambiente, o bebê tem a ilusão de onipotência em seu mundo subjetivo.

No entanto, se a mãe não se adapta e não contribui com os cuidados necessários, o bebê age com reatividade e submissão. Acrescenta a autora (2017, p. 146) que "o mundo que começa a ser constituído, de início, é o mundo subjetivo, ou seja, uma ambivalência confiável, feita da totalidade dos cuidados maternos". Quando a mãe não proporciona tais cuidados, sendo este um padrão do ambiente, não há momentos para o bebê integrar-se e, por isso, não há constituição de identidade real, visto que a capacidade de ser como identidade será falsa e artificial para proteger o *si*-mesmo verdadeiro e espontâneo.

A partir dessa compreensão, devemos refletir sobre as crianças que, por algum motivo, não tem quem exerça tal função, seja pela rejeição dos pais, pela morte ou adoecimento deles, ou qualquer outro motivo que privem o bebê dessa identificação e construção do si mesmo real, sendo necessário que o Estado proporcione esse cuidado a partir de iniciativas de proteção social básicas tão importantes para este primeiro momento do desenvolvimento emocional do bebê.

Tem-se, então, que "é na ação criativa do bebê, sustentada pelo ambiente, que surge, ao mesmo tempo, a experiência do *self* e o encontro com o objeto (subjetivo, criado pelo bebê)" (Fulgencio, 2014, p. 190). Ao ausentar-se das experiências reais o bebê oculta seu potencial de impulso criativo e inibe-se em um falso modo de ser, pois o si-mesmo verdadeiro perde a expressão e a oportunidade de tornar-se real (Dias, 2017).

A autora acrescenta que quando o mundo subjetivo do bebê e a confiabilidade do ambiente permitem a capacidade de ser criativo, resulta nas conquistas das tarefas fundamentais do sujeito. Estas referem-se à temporalização e à espacialização que representam a integração gradativa, no espaço e no tempo, a partir do *holding* – sustentação corpórea para a integração do ego; bem como à personalização, na qual há integração da psique no corpo através do *handling* – cuidados físicos maternos que geram confiança ao bebê e realização, que consiste em tornar real o impulso criativo do bebê, a partir das relações objetais iniciais.

A dependência absoluta dos estágios pré-primitivos e primitivos, bem como a devida correspondência ambiental são, portanto, a base da natureza humana, visto que o estado de *ser* do bebê se estabelece a partir do *não-ser*. Todavia, esta condição, para Winnicott (1988), apresenta um paradoxo, pois nos estágios iniciais existe uma solidão essencial e, ao mesmo tempo, tal solidão só pode existir em condições de dependência máxima, ou seja, o bebê, nesses estágios, pode vivenciar momentos limitados de solidão, sem perder a integração que alcançou, contando com a maturidade e autonomia já adquiridas.

A partir disso, nota-se a importância dessa base da natureza humana para a futura constituição do *self* do sujeito, a qual depende do processo completo de desenvolvimento maturacional.

Seguindo o processo de amadurecimento, após a dependência absoluta ocorre uma mudança na relação da mãe com o bebê, denominada dependência relativa, que ocorre a partir dos seis meses até os dois anos de vida. Há, na dependência relativa, o estágio da transicionalidade em que se inicia a transição da realidade subjetiva, que é concebida ao bebê na dependência absoluta, rumo à realidade objetiva, a qual passa a ser percebida por ele na dependência relativa. A partir da criatividade o bebê consegue se relacionar com seu mundo interno e externo sem perder o sentido da existência pessoal. Essa transição de realidades é impulsionada pela área de espaço potencial que se refere ao novo "mundo" que o bebê está criando nesta etapa (Dias, 2017).

O espaço potencial representa o acesso entre o mundo subjetivo e o objetivo e auxilia o bebê a reconhecer o que é fantasia e o que é real sem que, com isso, perca o sentido de sua existência. Convém salientar que, para assim ocorrer, o sujeito precisa ter conquistado as etapas de desenvolvimento anteriores e necessita de condições ambientais satisfatórias que lhe possibilitem criar esse novo mundo (Dias, 2017). Para esta nova fase, vale novamente pensar em estratégias e ações para oferecer a construção de um espaço potencial - tanto para a criança quanto para os seus responsáveis -, no intuito de estimular a criatividade para que ela possa distinguir as fantasias da realidade, através de um ambiente que a acolha em prol da continuidade do seu desenvolvimento saudável.

As experiências no espaço potencial possibilitam ao sujeito transitar entre a fantasia e a realidade, o que será fundamental para sua independência nas futuras fases do desenvolvimento, visto que viabilizam o uso saudável do seu falso *self* ao sujeito adulto

> Avançar na direção do futuro e da independência é, ao mesmo tempo, uma "viagem de volta", um retorno às origens. Na saúde, não importa o grau de objetividade que o indivíduo tenha sido capaz de alcançar, o mundo subjetivo continua a ser a fonte de riqueza pessoal e de

> singularidade inalienável. Apesar de subjetivo e objetivo jamais coincidirem, *é possível manter abertas as pontes que permitem o trânsito entre os vários sentidos de realidade*. O adulto maduro é capaz de objetividade, sem perder o contato com o mundo imaginativo pessoal. Ele faz concessões à sociedade por meio de um falso *si*-mesmo instrumental sem perder o fio que o liga a si mesmo, isto é, sem perda da espontaneidade e da criatividade originárias (Dias, 2017, p. 231).

Em consonância a essas transformações do processo de desenvolvimento, modificam-se também os objetivos da comunicação do bebê. Ao mesmo tempo que ele aprecia a possibilidade de comunicar-se com a realidade externa e objetiva, é imprescindível que não comunique explicitamente sua realidade subjetiva. Trata-se de um paradoxo na questão da comunicação, embora o bebê esteja começando a se comunicar com a realidade objetiva, há também conteúdos que ele isola em seu interior. Para Winnicott (1983) esse isolamento refere-se à defesa do sujeito, uma proteção ao seu verdadeiro *self*, o qual sofreu ameaça de ser encontrado e alterado devido a alguma experiência traumática ocorrida, "normalmente há um núcleo da personalidade que corresponde ao eu verdadeiro da personalidade *split*; sugiro que este núcleo nunca se comunica com o mundo dos objetos percebidos, e que a pessoa percebe que não deve nunca se comunicar com, ou ser influenciado pela realidade externa [...] (p. 170).

Sabe-se, ainda, que o isolamento do núcleo verdadeiro da personalidade é identificado não só no bebê que está prestes a tornar-se independente, mas também no período de isolamento que ocorre ao longo da adolescência. O adolescente revive o isolamento de sua infância quando silencia-se e oculta seus conteúdos internos, de modo a proteger seu verdadeiro *self* da sociedade

> O adolescente é essencialmente um isolado. Todo relacionamento entre indivíduos, e, em última instância, toda socialização, parte de uma posição de isolamento. Nesse aspecto, o adolescente revive uma fase essencial da infância, pois o bebê é um ser isolado ao menos até o momento em que repudia o não-eu e constitui-se como indivíduo distinto, capaz de relacionar-se com objetos externos ao self e à área de controle onipotente. Pode-se dizer que, antes de o princípio de prazer-dor dar lugar ao princípio de realidade, a criança é isolada pela natureza subjetiva de seu ambiente (Winnicott, 2011a, p.118).

Dessa forma, é possível compreender a complexidade da constituição do sujeito e os impactos futuros em decorrência de falhas no seu desenvolvimento advindas do ambiente em que o sujeito está inserido. Dentre os impactos sofridos estão os comportamentos violentos que o sujeito dirige à sociedade.

Compreendendo a agressividade

A agressividade está presente no sujeito antes mesmo da integração de sua personalidade ou da intenção em ser agressivo. Quando o bebê agita os braços, dá pontapés dentro do útero ou mastiga os mamilos com sua gengiva, não podemos compreender esses comportamentos como atos que têm a intenção de destruir ou machucar a mãe (Winnicott, 2000). Esses atos do bebê representam uma das fontes de impulsos dos estados excitados, denominada motilidade, também sendo uma das raízes da agressividade e um fator importante no desenvolvimento que, num padrão saudável, o bebê utiliza para descobrir e redescobrir o ambiente

> Aqui, cada experiência no contexto do narcisismo primário enfatiza o fato de que o indivíduo está se desenvolvendo no centro, e o contato com o ambiente é uma experiência do indivíduo (em seu estado de ego-id indiferenciados, a princípio). Num segundo momento, o ambiente impõe-se ao feto (ou bebê), e em vez de uma série de experiências individuais, temos uma

> série de reações à intrusão. Aqui, portanto, desenvolve-se uma retirada em direção à quietude, única situação em que a existência individual é possível. A motilidade é, agora, parte da experiência da reação à intrusão. (Winnicott, 2000, p. 297)

Em vista disso, quando há condições ambientais favoráveis, a motilidade funde-se a outra fonte de impulso, a tensão instintual. Assim, o bebê pode experienciar seu impulso motor primitivo ou erotismo muscular, isto é, entrar em contato com uma oposição, algo contra o qual possa fazer força e exercitar sua força muscular. A oposição é fundamental para que o bebê, nas etapas futuras do desenvolvimento, transforme sua vitalidade em capacidade de agressão. No entanto, quando a oposição é fornecida em excesso, torna-se intrusão e o impulso é inibido, resultando no impedimento da fusão da motilidade à experiência instintual (Dias, 2017).

A intrusão do ambiente pode ser tão exagerada que não é possível encontrar tranquilidade para a experiência individual, o que leva à falha em tornar-se um indivíduo. "O 'indivíduo' desenvolve-se então mais como uma extensão da casca que como uma extensão do núcleo, ou seja, como uma extensão do ambiente invasor" e, assim, o sujeito transparecerá um falso *self* que funciona para esconder o verdadeiro *self* (Winnicott, 2000, p.297).

De outro lado, quando ocorre o padrão saudável propiciado por um ambiente suficientemente bom, uma parte da motilidade irá unir-se ao potencial erótico, sendo satisfeito pela gratificação instintiva, e outra parte servirá para propósitos puramente motores. Em um padrão não saudável, a motilidade só pode ser exercida a partir da intrusão ambiental e, em decorrência, o indivíduo torna-se dependente do ambiente sem o qual não consegue crescer e adquire um retraimento social ou um falso *self* (Winnicott, 2000).

Com o tempo o bebê apresenta intencionalidade em seu comportamento e consequentemente, a agressividade também passa a ser intencional. Isso se dá a partir da experiência instintiva, do instinto de amor primitivo. Em outras palavras, "o erotismo oral atrai para si componentes agressivos, e na saúde é o amor oral que leva consigo a base para a parte maior da agressividade real" (Winnicott, 2000, p. 289). Para o autor, ato agressivo não pode ser considerado como um fenômeno isolado, mas deve ser levado em conta a criança em seu ambiente; seu nível de maturidade e a criança que possa estar doente ou em um estado emocional desorganizado.

Há um estágio do desenvolvimento em que a criança tem intenção em seus comportamentos, mas ainda não tem concernimento, ou seja, preocupação perante suas consequências. "Ela ainda não considera importante o fato de que o que ela destrói quando excitada é a mesma coisa que ela valoriza nos calmos intervalos entre as excitações". Essa dissociação pode levar "uma criança geralmente afetuosa a agir como se nem parecesse a mesma, agredindo pessoas que ela ama e não se sentindo inteiramente responsável por seus atos" (Winnicott, 2000, p. 291). Se há perda de agressividade nesse estágio, ocorre também uma perda na capacidade de amar.

Já no estágio do concernimento, no qual a criança sente-se preocupada por seus atos agressivos e os estragos que imagina ter causado à pessoa amada, surge o sofrimento ou sentimento de culpa, se houver saúde e uma mãe viva e atenta, e pode resultar em um anseio de dar e construir à reparação. Dessa forma, as contribuições sociais do sujeito são fruto de um sentimento de culpa referente à sua agressividade, uma espécie de reparação aos seus atos e que deve ser reconhecida por alguém para que ele não retorne à agressividade (Winnicott, 2000).

Uma tarefa importante da criança, atrelada ao estudo da agressividade, é a administração do mundo interno, tarefa que irá subsistir por toda sua vida. A satisfação de seus impulsos resultará em sentimentos bons e em confiança em si própria. Entretanto, o reconhecimento de seus ataques de cólera pode resultar em sentimentos negativos que serão sentidos como ameaças.

Sobre essa luta entre forças boas e más e mundo interno e externo, têm-se as seguintes considerações

> Na doença a criança reorganiza por vezes os seus relacionamentos de modo a concentrar o que é bom no mundo interno e projetar para fora o que é ruim. Ela agora vive em seu mundo interno, e é possível dizer que se tornou introvertida (ou melhor, patologicamente introvertida).
>
> Ao restabelecer-se da introversão patológica, a criança volta a relacionar-se com o mundo externo, que para ela está cheio de perseguidores, e nesse ponto de seu restabelecimento a criança torna-se geralmente agressiva. Esta é uma importante fonte de comportamento agressivo [...] (Winnicott, 2000, p. 293)

Outro cenário é quando os pais brigam enquanto a criança está inteiramente concentrada em outra coisa e, com isso, ela acaba internalizando o casal em briga e, quando essa cena toma conta da criança, esta "comporta-se como se estivesse 'possuída' pelos pais que brigam. Ela age de modo compulsivamente agressivo, desagradável, 'irracional', delirante." (Winnicott, 2000, p.294). Ou a criança pode também provocar brigas entre os pais utilizando essa maldade exterior como uma projeção do que foi introjetado anteriormente.

Essa tarefa de organizar seu mundo interno pode tornar-se tão difícil que a criança passa a exercer um controle total que ocasiona um estado de morte interna e um humor depressivo. Contrapondo-se a isso, surge um estado de mania característico por uma explosão de agressividade. Já o sujeito saudável "[...] pode guardar a maldade dentro de si, para usá-la contra forças externas que ameaçam o que ele julga valioso" (Winnicott, 2000, p. 295). Isso se dá de maneira objetiva e não maníaca ou delirante.

Conjuntamente à organização do mundo interno e à integração das raízes da agressividade, o sujeito saudável elabora a responsabilidade por sua destrutividade e o sentimento de culpa. Winnicott (2011b) aponta que a destrutividade é inerente à natureza humana, ou seja, é habitual alcançá-la quando o sujeito tem uma frustração que o leva aos sentimentos de raiva, ódio ou medo de um objeto. A dificuldade consiste em "cada indivíduo assumir plena responsabilidade pela destrutividade, que é pessoal e inerente a uma relação com um objeto sentido como bom - em outras palavras, que está relacionado ao amor" (Winnicott, 2011b, p.71). Tornar significativa a transformação das ideias de agressividade em sentimento de culpa, isto é, transformar a destruição em construção relaciona-se à chegada no desenvolvimento emocional de um indivíduo (Winnicott, 2011b).

Nesse sentido, para que o bebê aprenda a lidar com sua agressividade de modo saudável é necessário que relacione a sua agressão com a aceitação de símbolos. Aqui evidencia-se a importância do brincar, processo no qual o bebê irá criar símbolos e poderá experienciar a ambivalência, como o prazer, mas também o desprazer e a angústia de suas fantasias. Desta forma, reforça-se a importância de garantir o lazer, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, incluindo o espaço do brincar, como uma das possibilidades da criança ou adulto criar símbolos para lidar com a agressividade, manifestando-a de maneira construtiva e não destrutiva.

Prosseguindo na análise da agressividade, esta persistirá em evidência no processo de amadurecimento. No entanto, importante observar de que modo tal impulso se manifesta, isto é, se é apenas destrutivo ou se a criança também consegue torná-lo construtivo. E é através do brincar que a criança entra em contato com sentimentos ambivalentes e identifica que a agressividade não se relaciona, necessariamente, ao ato de destruição, nas situações de reação

à frustração, mas também pode dar origem à construção (Winnicott, 1982, p. 267). Melhor dizendo

> Na criança individual em evolução de amadurecimento, surge outra alternativa à destruição muito importante. É a construção. Tentei descrever algo da maneira complexa como, em condições favoráveis de ambiente, um impulso construtivo relaciona-se com a crescente aceitação pessoal de responsabilidade pelo aspecto destrutivo da natureza infantil. É um dos mais importantes sintomas de saúde, numa criança, quando surge e se mantém a atividade lúdica construtiva (Winnicott, 1982, p. 267).

Para o autor, as experiências concretas de criatividade, em um ambiente suficientemente bom, possibilitam à criança a aceitação dos próprios impulsos destrutivos e a responsabilidade por eles e suas consequências. Entende-se, assim, que tornar construtivo o impulso destrutivo não ocorre a curto prazo, envolve o processo de desenvolvimento infantil como um todo, bem como a adolescência e períodos da vida adulta, já que sempre vão estar em contato com seus impulsos primitivos (Winnicott, 2011b).

Quando a pessoa totalmente integrada responsabiliza-se por seus sentimentos e ideias, ela sente-se viva e real. Entretanto, quando há fracasso em sua integração devido às falhas ambientais, o sujeito tende a buscar na realidade externa as coisas que desaprova e, com isso, perde sua destrutividade (Winnicott, 2011b). A pessoa integrada, que alcança a tolerância aos seus impulsos destrutivos do amor primitivo, desenvolve "a capacidade de ter prazer em ideias, mesmo que sejam ideias destrutivas, e as excitações corporais a elas correspondentes, ou às quais elas correspondem" (p. 77). Deste modo, atinge a responsabilidade por seus atos destrutivos e, em consequência, elabora o sentimento de culpa, o qual é base para o que for construtivo (Winnicott, 2011b).

Destarte, a agressividade é inerente à condição humana, seja nos estágios iniciais do desenvolvimento do bebê, seja de forma intencional, com a pretensão de atacar e destruir o outro. Todavia, compreender suas raízes e motivações é essencial para direcionar tais impulsos de forma construtiva sem gerar consequências desfavoráveis ou traumáticas.

Atos violentos: uma tentativa de restituir o que foi perdido

Viu-se a importância dos cuidados iniciais com o bebê para o seu desenvolvimento emocional e de um ambiente que ofereça confiança e supra suas necessidades desde o início da vida. Winnicott (2011a) define o cuidado da mãe para com o bebê como *maternagem*, o que consiste em oferecer cuidados bons o suficiente para a formação do ser e de seu verdadeiro *self,* pois caso não ocorra, o sujeito "[...] permanece oculto por trás de um falso *self* que a um só tempo quer evitar compactuar com as bofetadas do mundo" (p. 24). Isto demonstra que, para a possibilidade de formação do *self* verdadeiro, a mãe suficientemente boa deve apresentar-se como ambiente que ofereça condições confiáveis e que possa evitar que alguma coisa inesperada surpreenda o bebê, interrompendo a sua continuidade de ser. Caso não seja possível que a figura materna ofereça essas condições, o Estado tem a responsabilidade e o dever de proporcionar esse ambiente seguro e confiável, garantindo assim os direitos da criança.

Ademais, o ambiente suficientemente bom, oferece ao sujeito um cuidado sem grandes sofrimentos e angústias, auxiliando-o no desenvolvimento rumo à independência e à continuidade de ser (Dias, 2017). Contudo, quando o ambiente falha, melhor dizendo, por algum motivo deixa de ser seguro e confiável, tal fato resulta na perda do ambiente favorável

com o qual contava, acreditando que a responsabilidade pela perda é do próprio ambiente (Dias & Loparic, 2008).

A perda do ambiente acolhedor é identificada como deprivação, já que, por algum motivo, o sujeito perde o cuidado e a segurança que possuía e culpa o ambiente por este acontecimento. Assim, entende-se que "[...] por trás da tendência antissocial há sempre uma fase de saúde seguida de uma ruptura, após a qual as coisas nunca mais serão as mesmas", ou seja, em resposta à deprivação, o sujeito desenvolve o comportamento antissocial, a partir do qual busca, através de comportamentos violentos, obrigar o mundo a reconhecer que o deve algo ou tenta fazer com que o mundo reconstrua aquilo que lhe foi tirado ou rompido (Winnicott, 2011a, p. 125).

Como já exposto, é esperado que no processo de amadurecimento saudável o bebê manifeste vitalidade na dependência absoluta de modo a obter conquistas básicas fundamentais. Entretanto, quando ocorrem falhas ambientais neste processo, como a negligência ou impedimento de exercer e vivenciar seus direitos, entende-se que o bebê sofre uma privação, isto é, não recebe o cuidado e previsibilidade necessários do ambiente e passa a ter dificuldades no contato com a realidade (Dias, 2017). Deste modo, quando o ambiente não consegue resolver os problemas do desenvolvimento emocional da criança, esta isola-se em suas defesas, pois busca defender seu verdadeiro *self*. Com isto, atinge o nível patológico da psicose, a qual é consequência da privação de cuidados básicos na dependência absoluta (Winnicott, 2000).

Nota-se, pois, que é diante das falhas no processo de amadurecimento que o sujeito sente-se desconfiado em relação ao ambiente e ao mundo e desenvolve a tendência antissocial, visto que sente-se injustiçado e busca recuperar o que possuía. Para tanto, reage ao mundo de maneira defensiva, no caso, através da violência, na tentativa de mostrar a "dívida" do mundo para com ele. É importante ressaltar que a tendência antissocial não se refere, necessariamente, a uma patologia, mas ao pedido de ajuda do sujeito, já que o comportamento antissocial indica a existência de esperança (Winnicott, 2000).

Dias e Loparic (2008) acreditam que o amadurecimento pessoal "pode ser retomado se houver uma modificação no ambiente, que permita o retorno da confiança e da esperança na possibilidade de uma vida que seja digna de ser vivida" (p. 54), em outras palavras, caso o sujeito volte a receber um ambiente suficientemente bom que o reconduza ao caminho do amadurecimento do ser, para que possa viver criativamente, de modo integrado e contribuir de forma satisfatória à sociedade da qual faz parte. Nesse sentido é importante pensar nas políticas públicas que podem oferecer essa retomada a um ambiente em que o sujeito possa recomeçar e construir o sentimento de pertencimento à sociedade na qual está inserido, bem como a confiança, não apenas em si, como também no ambiente que em algum momento falhou com ele.

Caso essa readaptação do ambiente não ocorra, o sujeito pode tornar-se inibido ou, ainda, continuar com os atos violentos na busca dessa readaptação e reconhecimento do ambiente. Sabe-se que, para Winnicott, as inibições têm função de mecanismo de defesa às falhas ambientais, que podem ser tanto na vida primitiva do bebê ainda não integrado, quanto na fase em que o sujeito já está integrado, mas como falha recebe proteção excessiva do ambiente e não pode agir espontaneamente. (Yamamoto & Fulgencio, 2017).

Como exemplo disso, a inibição do amor refere-se à tensão encontrada na ambivalência entre amor e ódio, na qual o sujeito que não recebe a possibilidade de readaptar-se ao ambiente "só poderá tornar-se cada vez mais inibido no amor e, por conseguinte, cada vez mais deprimido e despersonalizado, tornando-se por fim totalmente incapaz de sentir a realidade das coisas, exceto a realidade da violência" (Winnicott, 2012, p.131). Nesse caso é provável que os

comportamentos antissociais do sujeito, manifestados através dos atos violentos, tendem a manter-se, já que o pedido de ajuda não é atendido.

Winnicott (2000) descreve essa situação esclarecendo os termos relacionados à tendência antissocial na então sociedade britânica. Segundo ele, o sujeito deprivado passava a adquirir a tendência antissocial e era considerado desajustado, depois poderia vir a ser um delinquente e, se todas as entidades que deveriam proporcionar cuidado e proteção fracassassem, converter-se-ia num psicopata e era enviado a um reformatório ou prisão.

A tendência antissocial difere-se da delinquência, enquanto a primeira refere-se a um sinal de esperança e "[...] relaciona-se a dificuldades inerentes ao desenvolvimento emocional" de crianças ou pessoas de qualquer idade, a segunda "[...] está sobrecarregada por ganhos secundários e reações sociais que tornam difícil para o investigador alcançar o seu âmago" (Winnicott, 2000, p. 406). Isso indica a importância da atenção aos comportamentos antissociais antes que o indivíduo tenha ganhos secundários a partir deles, obscurecendo suas motivações inconscientes. Em nossa sociedade contemporânea, quando jovens cometem atos infracionais ou jovens adultos cometem um crime e não são punidos pelos seus atos ou, quando são, não há uma compreensão singular da motivação de seus atos, tal fato, muitas vezes, faz com que os delitos continuem ocorrendo. Num cenário mais grave, a ocorrência frequente desses delitos pode deixar de ser reinvindicação e denúncia de um ambiente falho e passa a ter ganhos com esses atos, impossibilitando uma nova configuração e recuperação na vida desse sujeito.

Diversos comportamentos de crianças podem referir-se à tendência antisocial, cada sintoma contém o seu significado, mas o seu denominador comum é o caráter perturbador. Eles podem ser curados pela mãe, portadora da culpa pela deprivação do bebê, tendo ela que adaptar-se aos anseios da criança e permitir que essa expresse seu ódio (Winnicott, 2000). Mais uma vez vemos a importância do cuidado, tanto por parte da sociedade, com estratégias de ressocialização e compreensão das causas motivacionais dos atos violentos e infracionais, quanto por parte dos cuidadores responsáveis pela criança ou jovem.

Apesar de haver vários comportamentos que representam uma tendência antissocial, suas principais vertentes são o roubo e a destrutividade. O primeiro refere-se à busca inconsciente de um objeto perdido, no caso simbólico, a mãe; e o segundo, foco deste artigo, significa a busca por um ambiente estável que suporte seus impulsos. Nesse sentido, a criança busca algo como uma moldura, alguns exemplos disso são "[...] o corpo da mãe, seus braços, o relacionamento dos pais, o lar, a família, incluindo primos e parentes próximos, a escola, o bairro com sua delegacia, o país e suas leis" (Winnicott, 2000, p. 411).

O momento da deprivação ocorre quando a criança está a caminho de fundir as raízes libidinal e agressiva. Quando a pessoa deprivada sente esperança e confiança no ambiente e pode fazer a regressão à deprivação, ela poderá experimentar um impulso, representando uma busca do objeto, que causará perturbações ao seu redor. O sujeito testará a capacidade do ambiente "[...] de suportar a agressão, de prevenir ou reparar a destruição, de reconhecer o elemento positivo da tendência antissocial, e de prover e preservar o objeto que deve ser buscado e encontrado" (Winnicott, 2000, p. 415). O autor salienta, portanto, que o tratamento para a tendência antissocial consiste num ambiente que proporcione estabilidade e cuidado e que permita ao sujeito experimentar novamente os impulsos do Id. Dessa forma, é fundamental o investimento em políticas públicas na sociedade, em conjunto com a conscientização e a orientação aos pais, professores e profissionais da área da educação e da saúde, sobre a

importância dos cuidados iniciais para a contribuição da constituição do sujeito e para manutenção de sua continuidade de ser.

Dentre as políticas de proteção social já existentes, temos os Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs), instituições gerenciadas pela prefeitura de São Paulo e iniciativa privada. Os CCAs oferecem atividades para crianças de 6 a 14 anos e existem 493 unidades na cidade de São Paulo. Nessas instituições ocorrem "[...] experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social" (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social [SMADS], 2017). Uma pesquisa realizada por Arroyo, Chiarini e Yamaoka (2019) nos CCAs demonstrou que as práticas musicais, uma das atividades desenvolvidas nestes espaços, proporcionaram convivência e vínculos sociais, bem como um meio dos adolescentes expressarem seus sentimentos, uma ferramenta de reflexão, uma forma de concretização de sonhos, além de reconhecimento e fonte geradora de novas perspectivas profissionais, em suma, um espaço que possibilita suprir a privação de um ambiente familiar satisfatório para o seu desenvolvimento.

Outras políticas de proteção social foram criadas recentemente, como a Carta Compromisso Adolescente Seguro, proposto pelo CPPHA (2022) em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como com as Secretarias Estaduais do Desenvolvimento Social; da Educação; da Justiça e Cidadania; da Saúde; e da Segurança Pública. O documento reúne 23 compromissos de ações para serem concretizadas por cada um destes orgãos. Além disso, foi criada a Lei Criança Primeiro 17428/2021, o Projeto Rede Apoio, a atual Política de Segurança Pública Brasileira e o Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte em São Paulo (PPCAAM), para o combate à violência e à mortalidade.

De acordo com o CPPHA (2022), apesar da redução no número de casos, muitas crianças e adolescentes ainda estão expostos à diversas formas de violência e ressalta

> Por isso insistimos que é preciso investir em políticas públicas que combatam a normalização das violências, capacitem profissionais que trabalham com crianças e adolescentes, adotem padrões e práticas de ação policial que respeitem direitos e priorizem soluções não-violentas e não letais para conflitos. Além de ações que promovam a responsabilização dos perpetradores de violências, a sensibilização de meninos e meninas sobre seus direitos, a permanência de crianças e adolescentes nas escolas, oportunidades de emprego e lazer, bem como a destinação de orçamentos efetivos às políticas desse tipo (p. 06).

A assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo e, como tal, deve garantir as seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio e vivência familiar (Brasil, 2004).

Considerações finais

Percebe-se, a partir dos dados apresentados, que a violência letal acarreta, de diversas formas, consequências graves no Brasil. Entende-se, com isso, que ela deve ser estudada para que possa ser prevenida. O presente trabalho visou compreender a natureza da violência no aspecto do desenvolvimento emocional do sujeito, pela perspectiva de Winnicott, e não pôde considerar todos os múltiplos fatores que influenciam na sua ocorrência, sendo apresentado apenas as possíveis consequências de como um ambiente que não oferece condições

satisfatórias pode impactar na constituição do sujeito, além de ressaltar a importância de políticas públicas de segurança.

Segundo Winnicott, a agressividade é constituinte do ser humano e deve ser integrada pelo sujeito, pois a repressão desta pode causar perigo à sociedade. Essa integração necessita da ajuda de um ambiente facilitador, o qual deve promover cuidado, confiabilidade, segurança e suporte aos impulsos agressivos da criança. Assim, ela poderá perceber a agressividade como parte de si e não do mundo externo, passar a preocupar-se com seus efeitos e por estes sentir culpa e, assim, passar a transformar os impulsos destrutivos em construtivos, visto que adquire capacidade de reparar os danos causados. Esse processo faz com que o sujeito sinta-se uma pessoa integrada, viva e real. No entanto, para ser capaz de transformar os impulsos destrutivos em construtivos, faz-se necessário um ambiente que ofereça cuidado e suporte aos ataques violentos.

Se ocorrer falha no ambiente, ou seja, a deprivação, quando o bebê já consegue diferenciar-se do meio externo e perde algo que tinha anteriormente, pode surgir a tendência antissocial. Desse modo, tais comportamentos, que podem ser de natureza violenta, são um indício de esperança e sinalizam a necessidade de o ambiente repor o que foi privado, impor limites e suportar esses atos antissociais, sendo compreensivo e possibilitando a reparação. Por consequência, o sujeito pode retomar o seu desenvolvimento, responsabilizar-se pelos seus atos e, então, repará-los.

Quando essas tarefas do desenvolvimento não são bem-sucedidas, há possibilidade de os comportamentos antissociais tornarem-se mais presentes, mais severos e o sujeito ficar preso em uma realidade de destrutividade e violência, chegando até a cometer a violência letal. Ao pensar não apenas no tratamento para a tendência antissocial, mas também na prevenção desta, é possível considerar a implementação de políticas públicas a partir da criação de projetos que ofereçam um "ambiente suficientemente bom" para que crianças e jovens possam ressignificar seus comportamentos violentos tornando-os construtivos. Contudo, esse ambiente precisa se readaptar e oferecer condições para que esse sujeito sinta confiança e segurança tanto em relação a esse ambiente, quanto em si mesmo. De outro lado, é sabido que depender da efetivação de políticas públicas de segurança não é suficiente, também é importante pensar na influência da constituição do sujeito que pratica a violência.

Com isso, tanto os pais ou responsáveis do sujeito, quanto a sociedade e o Estado têm responsabilidades no que diz respeito ao tratamento e à prevenção da tendência antissocial, posto que o ambiente suficientemente bom é formado por um conjunto que pode afetar drasticamente a vida do sujeito e da sociedade, inclusive resgatar condições para uma vida saudável.

Esta pesquisa não teve a pretensão reducionista de esgotar a compreensão da violência a partir dos impactos nos cuidados da constituição do sujeito e das propostas de políticas públicas de segurança. O intento foi apresentar apenas um dos caminhos para compreender esse fenômeno que ocorre nas sociedades de todo o mundo e que causa consequências devastadoras, além de refletir sobre formas de prevenção, como as políticas públicas. Espera-se que, a partir deste estudo, novas pesquisas se apropriem do tema e investiguem tais relações, ampliando as vias de compreensão da violência, como também promovam novas estratégias efetivas de prevenção.

Referências

Arroyo, M., Chiarini, C., & Yamaoka, D. (2019). Educação musical e políticas públicas para proteção social básica e medidas socioeducativas envolvendo adolescentes na cidade de São Paulo. *OPUS, 25*(3), 446-473. Doi : http://dx.doi.org/10.20504/opus2019c2520

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). *Política Nacional de Assistência Social* (PNAS). Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (2022). *Vidas Protegidas: Por um estado mais seguro para nossos meninos e meninas*. São Paulo. Disponível em https://www.pelavidadeadolescentes.com.br/_files/ugd/d89e7e_de3f8a6b27bc48519a128b6afb0d0b71.pdf

Di Giovanni, G. (2018). Sistemas de Proteção Social: uma introdução conceitual. In M. A. Oliveira (Org.), *Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil*. UNICAMP.

Dias, E. O., & Loparic, Z. (2008). O Modelo Winnicott de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. *Winnicott e-prints*, *3* (1 e 2), 1-14. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2008000100003&lng=pt&tlng=pt

Dias, E. O. (2017). *A Teoria do Amadurecimento de D. W. Winnicott*. (4a ed.). DWW Editorial.

Fulgencio, L. (2014). Aspectos diferenciais da noção de ego e de self na obra de Winnicott. *Estilos Da Clínica, 19*(1), 183-198. Doi : https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v19i1p183-198

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019). *Atlas da violência*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo. Disponível em https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020). *Atlas da violência*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo. Disponível em https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020

Organização Mundial da Saúde. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra. Disponível em https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude-1.pdf

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. (2017). Glossário - Confira os serviços da Secretaria. Prefeitura Municipal de São Paulo: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=228566

Winnicott, D. W. (1982). As raízes da agressividade. In D. W. Winnicott, *A criança e o seu mundo* (6a ed., pp. 262-270). LTC.

Winnicott, D. W. (1983). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos (1963). In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação* (pp. 163-174). Artmed.

Winnicott, D. W. (1988). *Natureza humana*. Imago.

Winnicott, D. W. (2000). *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas.* Imago.

Winnicott, D. W. (2011a). *A família e o desenvolvimento individual*. WMF Martins Fontes.

Winnicott, D.W. (2011b). Agressão, culpa e reparação (1960). In D. W. Winnicott, *Tudo começa em casa* (5a ed, pp. 69-79). WMF Martins Fontes.

Winnicott, D. W. (2012). *Privação e delinquência*. WMF Martins Fontes.

Yamamoto, B. P., & Fulgencio, L. P., Jr. (2017). Aspectos gerais da inibição na obra de DW Winnicott. *Psicologia em Revista, 23*(1), 182-200. Doi : https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p182-200

Revisão gramatical: Abel Falcirolli
E-mail: abfalci@gmail.com

Recebido em maio de 2020 – Aceito em julho de 2022.